

Começa a jornada de Trump pela justiça criminal dos EUA

02/04/2023

O ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump, já como réu, terá a primeira audiência perante o juiz Juan Merchan, em um tribunal de Manhattan, nesta terça-feira (4/4). Na quinta-feira passada (30/3), um *grand jury* de Nova York decidiu denunciá-lo, por violação das regras de financiamento eleitoral, na campanha presidencial de 2016.

Avi Ohayon/GPO



Trump é acusado, entre outras coisas, de pagar suborno à atriz pornô Stormy Daniels, cujo nome verdadeiro é Stephanie Clifford, para silenciá-la — ou seja, impedir que ela revelasse ao público que teve relação sexual com Trump, quando ele já era casado com a ex-primeira-dama Melania Trump.

Essa primeira audiência do réu perante um juiz em processo criminal é chamada de "arraignment" — um procedimento formal para assegurar a proteção aos direitos do réu, segundo o *FindLaw*. O primeiro é ler para o réu todas as acusações apresentadas contra ele — mais de 30, segundo a CNN.

A lista de acusações ainda permanece em sigilo. Mas supõe-se que, entre elas, também consta a acusação de pagamento de suborno a ex-modelo da *Playboy* Karen McDougal — também para silenciá-la.

O ex-advogado de Trump Michael Cohen confessou que ele fez o pagamento a Stormy Daniels e foi reembolsado por Trump como honorários advocatícios.

De acordo com a lei de Nova York, falsificar registros empresariais é, normalmente, uma contravenção penal, apenas. Porém, isso pode ser qualificado como crime se tais declarações falsas foram feitas para ocultar um outro crime, como o de violar as regras de financiamento eleitoral.

Em seguida, o juiz discute com o réu seus demais direitos. Pergunta, por exemplo, se ele entendeu todas as acusações contra ele, independentemente do fato de ele concordar ou não com elas e se tem um advogado (para quem não tem, o juiz pode nomear um advogado dativo).

Depois disso, o juiz pede ao réu que responda às acusações (pleas) — isto é, se ele se declara culpado, não culpado ou "*no contest*" (ou "*nolo contendere*"), significando que ele não admite que cometeu um crime, mas pode aceitar uma condenação, segundo o *FindLaw*.

O procedimento seguinte é tomar uma decisão sobre fiança. O juiz pode conceder liberdade provisória ao réu, sem necessidade de pagar fiança, desde que ele assuma o compromisso de comparecer em juízo nas datas marcadas (*release on own recognizance*); ou pode fixar uma fiança.

Finalmente, o juiz anuncia as datas para a audiência preliminar, na qual o juiz decide se há provas suficientes para manter a ação penal contra o réu, para a apresentação de petições das partes e para o julgamento.

A defesa de Trump deverá pedir, inicialmente, a extinção do processo, com base em algumas alegações, como a de que ele não cometeu qualquer crime, que tudo não passa de uma perseguição política por parte de um promotor democrata, que a ação penal é uma interferência indevida no processo eleitoral, já que Trump é candidato para as eleições de 2024, etc.

A defesa pode utilizar a estratégia de um caso semelhante: em 2008, o ex-senador John Edwards foi acusado do mesmo crime; ele contestou a acusação alegando que tentou ocultar seu caso de infidelidade conjugal de sua mulher, não dos eleitores. O julgamento terminou com a absolvição de uma acusação e júri indeciso nas demais — e o Departamento de Justiça desistiu das acusações.

Próximas etapas da jornada

Trump, o primeiro ex-presidente (e presidente) a ser formalmente acusado de prática de crime na justiça, terá, provavelmente, de enfrentar mais três denúncias que já estão engatilhadas, enquanto faz sua campanha para a eleição presidencial de 2024.

Duas delas decorrentes de investigações em andamento no Departamento de Justiça (*DoJ*). Em uma delas, Trump poderá ser acusado de incitar a invasão do Congresso por seus partidários, em 6 de janeiro de 2021, em uma tentativa de obstruir a certificação da vitória do presidente Joe Biden nas eleições de 2020.

Em outra frente, o *DoJ* prepara uma denúncia contra Trump por remover documentos governamentais da Casa Branca, muitos deles sigilosos ou secretos, e por obstruir a justiça por mantê-los em seu resort particular de Mar-a-Lago, em Palm Beach, Flórida, por mais de um ano, após autoridades governamentais pedirem o retorno dos documentos.

A terceira investigação que pode resultar em denúncia à justiça corre em Atlanta, Geórgia, onde os promotores podem acusar o ex-presidente de tentar convencer, em telefonemas gravados, autoridades estaduais a reverter o resultado das eleições de 2020 no estado, para

que ele fosse declarado vencedor, em vez de Joe Biden.

Juiz Juan Merchan

O juiz designado para presidir o julgamento de Trump, Juan Merchan, é um jurista veterano, com uma reputação de rigoroso, mas compassivo, segundo a NBC News.

O advogado criminalista de Manhattan, Ron Kuby, disse à emissora de TV que Merchan é um desses juízes que não gritam com advogados e promotores, simples, direto e sempre em controle da sala de julgamento.

O ex-juiz Barry Kamins, que agora é advogado criminalista, disse que Merchan, seu ex-colega de corte, exibe integridade, sólido conhecimento da lei e um excelente temperamento, mesmo nos casos mais difíceis que preside.

O ex-presidente Trump, por sua vez, escreveu em sua plataforma de mídia social, Social Truth, na manhã de sexta-feira, que Merchan é um juiz que o odeia e que ele foi "escolhido a dedo" pelo procurador do Distrito de Manhattan Alvin Bragg, um democrata.

Para a CNN, as ofensas de Trump podem levar o juiz a expedir uma "gag order" — uma expressão que define a decisão de um juiz de proibir advogados, promotores, réus e testemunhas de comentar o caso em público.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-abr-02/comeca-jornada-trump-justica-criminal-eua/>